



COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

REQUERIMENTO Nº DE 2026

(Do Sr. Saulo Pedroso)

Requer a realização de Audiência Pública para debater as principais modernizações regulatórias a serem implementadas na Rodovia Fernão Dias no âmbito do novo contrato de concessão firmado com a concessionária Motiva.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal e, na forma dos artigos 24, inciso III e artigo 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero a realização de Audiência Pública na Comissão de Desenvolvimento Urbano para debater as principais modernizações regulatórias a serem implementadas na Rodovia Fernão Dias no âmbito do novo contrato de concessão firmado com a concessionária Motiva.

Para tanto, sugerimos que sejam convidados:

- Representante da Secretaria Nacional de Transporte Rodoviário (SNTR);
- Representante da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT);
- Representante da concessionária de rodovias Motiva;
- Representante da Polícia Rodoviária Federal - PRF ;
- Representante do município de Atibaia/SP;
- Representante do município de Bragança Paulista/SP;
- Representante do município de Mairiporã/SP.





JUSTIFICAÇÃO

Compete a esta Comissão de Desenvolvimento Urbano a análise e discussão de temas relacionados à “política e ao desenvolvimento municipal e territorial”, consoante o art. 32, inciso VII, alínea “c”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Nesse sentido, é de conhecimento público a transferência do controle operacional e administrativo da BR-381/MG/SP, conhecida como Rodovia Fernão Dias, para a concessionária Motiva, cuja previsão de investimento é de aproximadamente quinze bilhões de reais¹.

Conforme a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Rodovia BR-381, conhecida como Fernão Dias, “é a segunda maior concessão federal em termos de tráfego de veículos diários e conecta as Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte/MG e São Paulo/SP, atravessando 33 municípios ao longo de 562,1 km, além dos 7,4 km adicionais do Contorno de Betim. Trata-se de um dos corredores logísticos mais importantes do país, fundamental para o transporte de passageiros e cargas, interligando regiões economicamente estratégicas que respondem por uma parcela significativa da produção nacional.”²

Além de sua relevância logística e econômica, a rodovia exerce impacto direto sobre o desenvolvimento urbano e regional dos municípios lindeiros, influenciando a mobilidade, a atividade econômica, a segurança viária e a integração territorial entre importantes polos produtivos do país.

Diante da relevância da referida rodovia para o desenvolvimento urbano, regional e econômico, bem como considerando a recente contratação da concessionária Motiva, faz-se necessária a realização de audiência pública destinada a esclarecer quais serão as principais modernizações regulatórias a serem implementadas no novo contrato de concessão.

¹ <https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/noticias/2026/03/ministerio-dos-transportes-e-antt-formalizam-transferencia-da-fernao-dias-com-pacote-de-r-14-8-bilhoes-em-investimentos>

² <https://www.gov.br/antt/pt-br/assuntos/rodovias/reestruturacao-de-contratos-de-concessao/Fernao-dias>





Entre os temas de interesse público a serem debatidos, destacam-se: a ampliação das medidas de segurança viária; a modernização da infraestrutura rodoviária; o cronograma de duplicações, ampliações e demais obras possivelmente previstas; a eventual implementação de sistema de pedágio eletrônico, como do tipo *free flow*; os critérios de definição e revisão tarifária; os mecanismos de transparência e fiscalização contratual; a incorporação de soluções tecnológicas voltadas ao monitoramento e à gestão da rodovia; as medidas de sustentabilidade ambiental; bem como as melhorias no atendimento aos usuários e na prestação dos serviços.

A realização da presente audiência pública permitirá, ainda, que esta Comissão acompanhe os impactos da nova modelagem contratual sobre os municípios afetados, além de possibilitar o diálogo entre o Poder Legislativo, representantes da concessionária, órgãos reguladores, gestores públicos, usuários da rodovia, transportadores e demais setores envolvidos.

Portanto, o presente requerimento visa promover o debate e conferir visibilidade ao tema, contribuindo para o acompanhamento das medidas que serão adotadas no âmbito da nova concessão e para a adequada implementação das melhorias previstas, possibilitando a esta Comissão realizar discussão ampla, técnica e qualificada acerca dos impactos regulatórios, econômicos e urbanos decorrentes do novo contrato.

Assim, por todo o exposto, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões, de de 2026.

Dep. **SAULO PEDROSO**
PSD/SP

